



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Centro Sul do Mato Grosso
do Sul - Sicredi Centro-Sul MS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul
- Sicredi Centro-Sul MS**

Dourados / MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Fundo Social - A cooperativa investiu um total de R\$ 1.045.025,09 em projetos voltados a instituições da área de atuação, colaborando assim com a melhoria da qualidade de vida das pessoas de nossa comunidade; Unidade Móvel do Hospital de Amor - Doação de R\$ 1.062.473,88 para aquisição e manutenção de uma Unidade Móvel do Hospital de Amor. Esta unidade percorrerá os municípios da área de atuação da cooperativa, fazendo exames de prevenção de Câncer nas comunidades; Educação Financeira – a cooperativa realizou 89 ações de educação financeira ao longo do ano, levando para nossa comunidade a importância de saber cuidar bem do seu dinheiro; Palestras - Com o objetivo de se manter próxima dos associados e da comunidade, a Sicredi Centro Sul MS realizou três Lives, com a criação de conteúdo online e transmitido nas mídias sociais oficiais. Entre os grandes nomes que participaram das Lives estavam: Gustavo Caetano (Live Pense Simples), José Luiz Tejon (Live Perspectivas do Cenário Agro)e Pedro Nery (Live Contador Consultor).

Durante este período podemos destacar que, mesmo com um ano diferente do habitual, a Cooperativa Sicredi Centro-Sul MS deu continuidade ao cronograma de expansão. Em 2020, a Cooperativa chegou a três novos municípios: Angélica, em maio, Glória de Dourados, em novembro e Vicentina em dezembro, todos no interior do estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, em novembro a Sicredi Centro-Sul MS reinaugurou a agência Mundo Novo, firmando o compromisso de estar mais próxima da comunidade e cooperando com o desenvolvimento da região.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperco com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, com intuito de auxiliar os associados na manutenção da atividade econômica, a Sicredi Centro-Sul MS disponibilizou diversas ações e linhas de créditos para os seus associados, tais como Capital de Giro Especial, Crédito para Folha de Pagamento e Auxílio de Fluxo de Caixa, Concessão de Limites Pré-aprovados, com a proatividade na hora de disponibilizar os recursos, BNDES Pequenas Empresas e para financiamento de folha de pagamento, além da Campanha Saia Vermelha, que auxiliou os associados a superar este momento e renegociarem suas dívidas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019		
ATIVO	3.043.370	2.051.181	PASSIVO	2.480.047	1.564.441		
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	38.703	36.153	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.732.256	944.811
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.952.451	1.985.106	Depósitos à vista		388.874	165.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	18.754	33.918	Depósitos interfinanceiros		39	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	578.330	201.332	Depósitos a prazo		1.343.343	779.471
Centralização financeira	(Nota 04)	451.516	235.974	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		574.508	515.366
Relações interfinanceiras ativas		135	372	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	567.846	509.803
Operações de crédito	(Nota 07)	1.813.907	1.452.855	Obrigações por repasses	(Nota 14)	1.608	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	89.809	60.655	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	5.054	5.563
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(50.862)	(49.484)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	307	386
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	21.877	9.539	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	172.976	103.878
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	42.645	32.812				
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	31.221	28.983	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	563.323	486.740
INTANGÍVEL	(Nota 11)	7.335	8.072	CAPITAL SOCIAL		231.808	207.888
				RESERVAS DE SOBRAS		278.899	231.544
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		52.616	47.308
TOTAL DO ATIVO	3.043.370	2.051.181	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.043.370	2.051.181		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

Descrição das contas		01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		124.102	245.248	235.171
Operações de crédito	(Nota 07)	117.253	232.629	232.544
Resultado títulos e valores mobiliários		6.822	12.582	2.615
Resultado das aplicações compulsórias		27	37	12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(33.418)	(74.458)	(87.716)
Operações de captação no mercado		(11.675)	(25.175)	(34.210)
Operações de empréstimos e repasses		(11.077)	(25.139)	(27.635)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(10.666)	(24.144)	(25.871)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		90.684	170.790	147.455
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(28.380)	(49.020)	(30.578)
Ingressos e receitas de prestação de serviços		30.117	55.833	46.320
Rendas de tarifas bancárias		9.024	17.761	18.754
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 21)	(29.016)	(55.575)	(51.731)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 22)	(26.062)	(48.441)	(46.473)
Dispêndios e despesas tributárias		(582)	(1.486)	(1.858)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 23)	11.246	21.427	37.611
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 24)	(23.107)	(38.539)	(33.201)
RESULTADO OPERACIONAL		62.304	121.770	116.877
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(96)	(67)	(278)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		62.208	121.703	116.599
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		439	(1.884)	(1.914)
Provisão para Imposto de Renda		295	(1.144)	(1.171)
Provisão para Contribuição Social		144	(740)	(743)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(5.048)	(9.064)	(8.438)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		57.599	110.755	106.247

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	176.753	47	188.880	42.541	408.221
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	20.661	-	-	(41.285)	(20.624)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(955)	(955)
Outras destinações	-	-	-	(301)	(301)
Capital de associados					
Aumento de capital	9.404	-	-	-	9.404
Baixas de capital	(10.018)	-	-	-	(10.018)
Reversões de reservas	-	-	40	-	40
Resultado do período	-	-	-	106.247	106.247
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.730)	(4.730)
Juros sobre o capital próprio	11.088	-	-	(11.632)	(544)
Reserva legal - Estatutária	-	-	42.577	(42.577)	-
Saldos no final do período em 31/12/2019	207.888	47	231.497	47.308	486.740
Mutações do Período	31.135	-	42.617	4.767	78.519
Saldos no início do período em 01/01/2020	207.888	47	231.497	47.308	486.740
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	22.944	-	-	(45.756)	(22.812)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.063)	(1.063)
Outras destinações	-	-	-	(489)	(489)
Capital de associados					
Aumento de capital	10.625	-	-	-	10.625
Baixas de capital	(14.957)	-	-	-	(14.957)
Reversões de reservas	-	(47)	47	-	-
Resultado do período	-	-	-	110.755	110.755
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(5.261)	(5.261)
Juros sobre o capital próprio	5.308	-	-	(5.523)	(215)
Reserva legal - Estatutária	-	-	47.355	(47.355)	-
Saldos no final do período em 31/12/2020	231.808	-	278.899	52.616	563.323
Mutações do Período	23.920	(47)	47.402	5.308	76.583
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	229.919	47	231.497	53.156	514.619
Capital de associados					
Aumento de capital	6.071	-	-	-	6.071
Baixas de capital	(9.497)	-	-	-	(9.497)
Reversões de reservas	-	(47)	47	-	-
Resultado do período	-	-	-	57.599	57.599
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(5.261)	(5.261)
Juros sobre o capital próprio	5.315	-	-	(5.523)	(208)
Reserva legal - Estatutária	-	-	47.355	(47.355)	-
Saldos no final do período em 31/12/2020	231.808	-	278.899	52.616	563.323
Mutações do Período	1.889	(47)	47.402	(540)	48.704

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	54.697	114.597	111.743
Resultado do semestre/exercício	57.599	110.755	106.247
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.902)	3.842	5.496
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.811)	1.378	3.717
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	60	62	(551)
Depreciação e amortização	3.996	7.597	6.710
Baixas do ativo permanente	121	145	194
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7)	(79)	156
Destinações ao FATES	(5.261)	(5.261)	(4.730)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	40.281	151.482	(341.438)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.383	15.164	(11.818)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	21.248	(376.998)	(201.332)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	12.392	237	(161)
(Aumento) em operações de crédito	(396.032)	(361.052)	(355.765)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	98.862	58.043	92.285
(Aumento) em outros ativos financeiros	(29.754)	(29.154)	(18.900)
(Aumento) Redução em outros ativos	(8.696)	(12.400)	4.852
Aumento em depósitos	256.181	787.445	131.654
Aumento (Redução) em passivos financeiros	1	(509)	1.725
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4)	1.608	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(660)	(1.839)	(4.705)
Aumento em outros passivos	82.360	70.937	20.727
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	94.978	266.079	(229.695)
Aquisição de investimentos	(5.166)	(9.833)	(4.666)
Aquisição de imobilizado de uso	(4.963)	(7.439)	(7.066)
Aplicações no intangível	(1.031)	(1.804)	(1.076)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(11.160)	(19.076)	(12.808)
Integralização de capital	6.071	10.625	9.404
Baixa de capital	(9.497)	(14.957)	(10.018)
Juros ao capital próprio	(208)	(215)	(544)
Distribuição de Sobras	-	(24.364)	(21.880)
Reversões de reserva Fundo Social	-	-	40
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.634)	(28.911)	(22.998)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	80.184	218.092	(265.501)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	410.035	272.127	537.628
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	490.219	490.219	272.127

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul -
Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	57.599	110.755	106.247
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	57.599	110.755	106.247

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 05/12/1989 e sede situada na Avenida Weimar Gonçalves Torres, 2047 - 1º Andar, na cidade de Dourados - Mato Grosso do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 35 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os despendos, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os despendos e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhados abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações judiciais. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	38.703	36.153
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	451.516	235.974
Total	490.219	272.127

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	4.177	14.577	18.754	33.918	
Total	-	4.177	14.577	18.754	33.918	
Total circulante			4.177		-	
Total não circulante			14.577		33.918	

As aplicações de DI entre Banco Sicredi e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Cotas de fundos de renda fixa	-			-	201.332
Cotas de fundos multimercado	578.330			578.330	-
Total	578.330		-	578.330	201.332
Total circulante				578.330	201.332

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	9.035	146.027	342.590	352.160	849.812
Financiamentos	212	25.873	118.296	148.311	292.692
Financiamentos rurais e agroindustriais	337	67.141	514.276	89.649	671.403
Total das operações de crédito	9.584	239.041	975.162	590.120	1.813.907
Avali's e fianças honrados	27	3	-	-	30
Devedores por compra de valores e bens	-	55	575	228	858
Títulos e créditos a receber	-	61.557	22.320	30	83.907
Total de outros créditos	27	61.615	22.895	258	84.795
Carteira total	9.611	300.656	998.057	590.378	1.898.702
Total circulante				1.308.324	1.204.645
Total não circulante				590.378	305.216

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	41.760	329	-	-
A	0,50	862.842	563.489	4.309	2.817
B	1,00	740.030	622.651	7.394	6.226
C	3,00	164.637	228.721	4.939	6.862
D	10,00	35.156	49.243	3.516	4.924
E	30,00	26.914	16.447	8.074	4.934
F	50,00	5.811	5.653	2.905	2.827
G	70,00	6.088	8.113	4.261	5.679
H	100,00	15.464	15.215	15.464	15.215
Total		1.898.702	1.509.861	50.862	49.484

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 225.725 (dezembro de 2019 - R\$ 158.127) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 2.685 (dezembro de 2019 - R\$ 2.955) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		A vencer			Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Pessoas físicas	6.279	139.677	305.951	320.833	772.740
Rural	337	67.141	514.276	89.649	671.403
Industrial	32	1.375	4.208	3.784	9.399
Comércio	1.290	37.669	79.363	62.276	180.598
Outros serviços	1.673	54.794	94.259	113.836	264.562
Total	9.611	300.656	998.057	590.378	1.898.702
Total circulante				1.308.324	1.204.645
Total não circulante				590.378	305.216

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	154.898	8,16	102.507	6,79
50 devedores seguintes	260.723	13,73	233.109	15,44
100 devedores seguintes	228.589	12,04	205.476	13,61
Demais	1.254.492	66,07	968.769	64,16
Total	1.898.702	100,00	1.509.861	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	49.484	45.767
Constituição de provisão	65.207	59.882
Reversão de provisão	(41.063)	(34.011)
Movimentação de baixados para prejuízo	(22.766)	(22.154)
Saldo final	50.862	49.484

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	71.193	147.338	154.457
Financiamentos	15.889	29.376	20.586
Financiamentos rurais e agroindustriais	21.069	42.549	41.612
Outros	66	119	96
Subtotal	108.217	219.382	216.751
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	9.036	13.247	15.793
Total	117.253	232.629	232.544

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 51.657 (2019 - R\$ 39.743).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Titulos e créditos a receber (Nota 07)	83.907	55.478
Rendas a receber	3.702	3.002
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	858	1.449
Avali e fianças honrados (Nota 07)	30	79
Operações com cartões	1.302	637
Devedores por depósitos em garantia	10	10
Total	89.809	60.655
 Total circulante	 89.551	 59.842
Total não circulante	258	813

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	13.865	4.361
Adiantamentos e antecipações salariais	512	296
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.602	1.468
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.206	1.272
Impostos e contribuições a compensar	1.520	1.522
Cotas de consórcio	202	256
Pendências a regularizar	244	104
Outros	1.726	260
Total circulante	21.877	9.539

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, assim como alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	14.076	4.597
Imóveis	13.981	4.472
Veículos e afins	-	125
Máquinas e equipamentos	95	-
Despesas antecipadas	191	104
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(402)	(340)
Total circulante	13.865	4.361

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(340)	(891)
Constituição de provisão	(78)	(63)
Reversão de provisão	16	614
Saldo final	(402)	(340)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	18.374	15.818
Sicredi Participações S.A.	24.269	16.992
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	42.645	32.812

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	7.880.212 ON	6.640.483 ON	2	2	18.374.136	15.817.773
	16.388.312 PN	13.805.544 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,06%	1,94%	1,24%	1,24%	29,02%	32,03%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	63.311	49.391
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	65.793	52.149
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	92
Valor do investimento	24.269	16.992	2	2	18.374	15.818

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	54.051	(22.830)	31.221	28.983	
Imobilizações em curso	-	5.335	-	5.335	1.703	
Terrenos	-	396	-	396	396	
Edificações	4%	2.685	(611)	2.074	2.104	
Instalações	10%	1.794	(630)	1.164	1.117	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	20.555	(9.146)	11.409	12.828	
Móveis e equipamentos	10%	9.341	(4.023)	5.318	5.453	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.864	(519)	1.345	1.062	
Equipamentos de processamento de dados	20%	11.744	(7.782)	3.962	3.973	
Veículos	20%	337	(119)	218	347	
Intangível		20.003	(12.668)	7.335	8.072	
Investimentos Confederação		20.003	(12.668)	7.335	8.072	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	388.874	-	-	388.874	165.340
Depósitos interfinanceiros	39	-	-	39	-
Depósitos a prazo	15.819	35.035	1.292.489	1.343.343	779.471
Total	404.732	35.035	1.292.489	1.732.256	944.811
Total circulante				439.767	201.193
Total não circulante				1.292.489	743.618

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	567.846	509.782
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	21
Total	567.846	509.803

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	55.446	460.575	27.662	543.683	509.782
Total - Recursos do Crédito Rural	55.446	460.575	27.662	543.683	509.782
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	166	-	23.997	24.163	-
Total - Outros Recursos	166	-	23.997	24.163	-
Total circulante				516.187	493.254
Total não circulante				51.659	16.528

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 10/11/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	156	488	964	1.608	-
Total	156	488	964	1.608	-
Total circulante				644	
Total não circulante				964	

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.685	2.955
Recursos em trânsito de terceiros	2.369	2.608
Total circulante	5.054	5.563

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	20	30
Cível	Provável	271	340
Tributária	Provável	16	16
Total		307	386

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	30	20	(30)	20
Cível	340	189	(258)	271
Tributária	16	-	-	16
Total	386	209	(288)	307

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 333 (dezembro de 2019 R\$ 333).

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	82.115	53.027
Provisão para pagamentos a efetuar	6.830	5.862
Cotas de capital a pagar	12.460	6.815
Provisão para participações nos lucros	9.241	8.533
Fundo de assistência técnica, educacional e social	9.824	6.401
Demais fundos constituídos	21	-
Impostos e contribuições a recolher	3.021	2.339
Credores diversos	7.627	5.934
Cheques administrativos	41.493	14.133
Cobrança e arrecadação de tributos	5	407
Pendências a regularizar	339	427
Total Circulante	172.976	103.878

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	231.808	207.888
Total de associados	92.252	83.400

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 23.920 (2019 – R\$ 31.135), sendo R\$ 28.252 (2019 – R\$ 31.749) via integralização de resultados e R\$ 10.625 (2019 – R\$ 9.404), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 14.957 (2019 – R\$ 10.018).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,77% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.523, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	112.639	108.161
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(45.056)	(43.264)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	39.971	36.128
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.209	4.653
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	852	859
Demais adições e exclusões previstas na legislação	140	(290)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.884)	(1.914)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	18.754	33.918
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	578.330	201.332
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	451.516	235.974
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.899	2.656
Outros ativos (Nota 09)	1.206	1.272
Investimentos (Nota 10)	42.645	32.812
Intangível (Nota 11)	7.335	8.072
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	39	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	567.846	509.782
Outros passivos (Nota 17)	77.563	52.737
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	12.582	2.615
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18.318	17.379
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	10.016	27.539
Despesas		
Operações de captação no mercado	18	-
Operações de empréstimos e repasses	25.103	27.635
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	2.287	4.474
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	17.235	17.192

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	87	0,00%	190
Depósitos a prazo	312	0,02%	401
Operações de crédito	604	0,03%	525

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.538	2.970

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	16.867	32.713	30.843
Benefícios	5.162	10.157	9.100
Encargos sociais	6.896	12.572	11.713
Treinamentos	91	133	75
Total	29.016	55.575	51.731

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	666	1.415	1.316
Aluguéis	1.597	3.210	3.176
Comunicação	981	1.755	2.059
Manutenção e conservação	1.617	3.045	2.823
Material de expediente	799	1.486	1.010
Processamento dados	961	1.762	1.304
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.887	4.507	6.103
Serviços do sistema financeiro	3.039	5.049	3.784
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	3.999	6.372	4.067
Serviços de vigilância e segurança	1.208	2.389	2.384
Serviços de transportes	1.473	2.688	2.615
Depreciação	2.549	5.056	4.656
Amortização (Rateio Confederação)	1.447	2.541	2.054
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	658	1.839	4.703
Emolumentos e taxas diversas	828	1.565	1.113
Outras despesas administrativas	2.353	3.762	3.306
Total	26.062	48.441	46.473

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	658	1.839	4.704
Utilização de fundo social	730	1.041	-
Recuperação de encargos e despesas	594	1.090	1.432
Ingressos depósitos intercooperativos	4.106	9.392	27.430
Reversão de provisões operacionais	1.697	2.894	2.244
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	893	1.984	1.217
Reversão de provisões para passivos contingentes	173	288	68
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.041	1.041	-
Outras rendas operacionais	1.354	1.858	516
Total	11.246	21.427	37.611

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	6.354	8.475	5.474
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	654	2.005	2.440
Contribuição Confederação Sicredi	7.264	13.610	12.497
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.515	2.681	2.844
Encargos da administração financeira	4	8	154
Repasso Administradora de Cartões	-	210	533
Provisões para garantias financeiras prestadas	986	1.715	1.993
Provisões para passivos contingentes	166	209	224
Outras provisões operacionais	1.097	2.017	1.876
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.662	5.472	3.020
Risco operacional	627	774	647
Juros e comissões	11	12	38
Outras despesas operacionais	696	1.208	1.323
Total	23.107	38.539	33.201

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	57.599	110.755	106.247
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	57.599	110.755	106.247

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	225.646	158.020
Coobrigações em cessões de crédito	79	107
Total	225.725	158.127

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normalização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financeirar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	555.988	478.668
Nível I (NI)	555.988	478.668
Capital principal - CP	555.988	478.668
Capital social	231.808	207.888
Reservas de capital	278.899	231.544
Lucros acumulados	52.616	47.308
Ajustes Prudenciais	(7.335)	(8.072)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.144.152	1.705.930
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	6.045	3.532
Margem de Capital	351.609	296.013
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,93%	28,06%
Situação de Imobilização (Imob)	31.223	28.985
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,62%	6,06%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antônio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20